

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MYLENA PRADO PRIVADO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AGRÍCOLAS E CONSULTA PRÉVIA: o caso dos quilombos Cocalinho e Guerreiro,
em Parnarama (MA)

SÃO LUÍS

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MYLENA PRADO PRIVADO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AGRÍCOLAS E CONSULTA PRÉVIA: o caso dos quilombos Cocalinho e Guerreiro,
em Parnarama (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela.

SÃO LUÍS

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Prado Privado, Mylena.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AGRÍCOLAS E CONSULTA PRÉVIA : o caso dos quilombos
Cocalinho e Guerreiro, em Parnarama MA / Mylena Prado
Privado. - 2026.

96 f.

Orientador(a): Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2026.

1. Licenciamento Ambiental. 2. Consulta Prévia,
Livre, Informada e de Boa-fé. 3. Comunidades Quilombolas.
I. Didier Bruzaca Almeida Vilela, Ruan. II. Título.

MYLENA PRADO PRIVADO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
AGRÍCOLAS E CONSULTA PRÉVIA: o caso dos quilombos Cocalinho e Guerreiro,
em Parnarama (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela.

Aprovado em: ____ / ____ /2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ruan Didier Bruzaca Almeida Vilela (Orientador)
UFMA

Thayana Bosi Oliveira Ribeiro
UFMA

Vitor Hugo Souza Moraes
UFMA

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à minha bisavó, D. Sula (*in memoriam*), por sempre acreditar no meu potencial e ter me apresentado a uma das maiores riquezas do ser humano: a leitura, e aos meus dois anjos de quatro patas, Max e Mia Prado, que estiveram comigo nos dias solitários de estudos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus por sempre segurar minha mão direita e me mostrar que eu posso todas as coisas naquele que me fortalece. O Deus que me permite sonhar grande é o mesmo que me permite realizar.

Agradeço também à minha família, em especial minha mãe, a maior incentivadora dos meus sonhos. Se eu venço, ela vence também. Obrigada pelas orações e por todo amor e cuidado comigo. Agradeço também à minha irmã Juliana, que sempre acreditou no meu potencial e que esteve ao meu lado desde meu nascimento, cuidando de mim e me apoiando. Aos meus avós e minhas tias, agradeço pelo amor, carinho e torcida diários. Essa vitória é nossa.

Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão pelos conhecimentos que levarei por toda vida. O mestrado em Políticas Públicas, sem dúvidas, contribuirá significativamente para o exercício da carreira que seguirei: a Defensoria Pública, instituição do Sistema de Justiça com missão constitucional de garantia dos direitos humanos aos mais vulneráveis.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ruan Didier, que me acolheu e me orientou durante todo o desenvolvimento da minha pesquisa nesses dois anos de mestrado, passando a segurança necessária que um mestrando precisa ter para pesquisar com excelência.

Aos meus colegas de trabalho da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, agradeço imensamente a todos na pessoa do meu ex-chefe, Dr. Jean Nunes, com quem trabalhei por 7 anos, no Núcleo de Direitos Humanos (NDH) e Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DAS/DPE-MA), e que hoje, desempenha um primoroso trabalho como juiz federal. Ele enxergou potencial na estagiária de 2018 e contribuiu para que eu me tornasse a profissional que sou hoje.

Agradeço a todos(as) que estiveram ao meu lado nos bons e nos difíceis momentos, com uma palavra de encorajamento ou um abraço fraterno. Ninguém chega tão longe sozinho. Por fim, agradeço à Mylena de 4 anos de idade, sonhadora desde pequena, sempre resiliente e dedicada aos estudos.

Nós conseguimos!

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo a efetividade do direito à Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé (CPLI) no âmbito do licenciamento ambiental de grandes empreendimentos agrícolas no Maranhão, com foco nos quilombos Cocalinho e Guerreiro, em Parnarama (MA). O cerne da pesquisa reside na inefetividade da Política Pública Ambiental estadual, que viabiliza a expansão do agronegócio em detrimento de direitos fundamentais de comunidades tradicionais. Metodologicamente, a investigação se orienta pela perspectiva do materialismo histórico-dialético e se caracteriza como pesquisa qualitativa de cunho documental e bibliográfico, analisando processos administrativos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e ações judiciais. No caso dos quilombos Cocalinho e Guerreiro, os resultados demonstram que a licença ambiental foi expedida com graves nulidades, baseando-se em um acordo firmado com associação alheia ao território quilombola e ignorando as diretrizes da Convenção 169 da OIT. Conclui-se que a inobservância da CPLI gera a nulidade do licenciamento e aprofunda os conflitos agrários e socioambientais, violando direitos fundamentais como a vida, a saúde, a cultura e o lazer de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: licenciamento ambiental; Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé; comunidades quilombolas.

ABSTRACT

The scope of this research is the effectiveness of the right to Free, Prior, Informed, and Good-faith Consultation (FPIC) within the environmental licensing of large-scale agricultural projects in Maranhão, focusing on the Cocalinho and Guerreiro Quilombos in Parnarama (MA). The core of the study lies in the ineffectiveness of the state's Environmental Public Policy, which enables agribusiness expansion to the detriment of the fundamental rights of traditional communities. Methodologically, the investigation is guided by the perspective of historical-dialectical materialism and is characterized as qualitative research of a documentary and bibliographic nature, analyzing administrative processes of the State Secretariat of the Environment and judicial lawsuits. In the case of the Cocalinho and Guerreiro Quilombos, the results demonstrate that the environmental license was issued with severe legal nullities, based on an agreement signed with an association unrelated to the quilombola territory and ignoring the guidelines of ILO Convention 169. It is concluded that the non-observance of the FPIC generates the nullity of the licensing and deepens agrarian and socio-environmental conflicts, violating fundamental rights such as life, health, culture, and leisure of traditional communities.

Keywords: Environmental Licensing; Free, Prior, Informed, and Good-faith Consultation; Quilombola communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área plantada ou destinada à colheita	18
Figura 2 - Área plantada ou destinada à colheita no Maranhão	18
Figura 3 - Plantações e casa de farinha no Quilombo Guerreiro	68
Figura 4 - Plantações e residências no Quilombo Guerreiro	68
Figura 5 - Plantações, casa de farinha e residências no Quilombo Guerreiro	68
Figura 6 - Imagens de casas do Quilombo Cocalinho	69
Figura 7 - Imagens de residências, campo de futebol, escola e casa de forno do Quilombo Cocalinho	70
Figura 8 - Imagem do uso de tratores e correntões nos territórios quilombolas de Cocalinho e Guerreiro, em Parnarama (MA)	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ADA	Área Diretamente Afetada
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CF	Constituição Federal
COECV	Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade do Estado do Maranhão
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPLI	Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa-fé
DPE-MA	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
DPU	Defensoria Pública da União
EC	Emenda Constitucional
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
SEDIHPOP	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

STF

Supremo Tribunal Federal

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - sobreposição entre as áreas dos quilombos Cocalinho e Guerreiro e a Fazenda Cana Brava

78

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Número total de casos registrados de 2015 a 2024	31
Tabela 2 - Número de casos na Região Metropolitana de São Luís e interior	31
Gráfico 1 - Perfil dos casos da COECV pela quantidade de envolvidos	32
Gráfico 2 - Finalidade das ocupações Coletivas	33
Gráfico 3 - Perfil das Comunidades denunciantes	33
Gráfico 4 - Características das terras em disputa	34
Gráfico 5 - Conflitos recebidos por Microrregião do Maranhão	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CENÁRIO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS ENTRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS E GRANDES EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS NO MARANHÃO	15
2.1 Caminhos para os Grandes Empreendimentos Agrícolas no Maranhão	15
2.2 Modo de vida quilombola frente ao desenvolvimento econômico agrícola	22
2.3 Conflitos agrários e socioambientais e dados sobre a violência no campo no Maranhão	30
3 A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL E O DIREITO À CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA E DE BOA-FÉ (CPLI) DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	39
3.1 O licenciamento ambiental como Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente	39
3.2 O Direito à CPLI de Quilombos: Marcos Normativos Nacionais e Internacionais	47
3.3 Grandes Empreendimentos Agrícolas, o licenciamento ambiental e a CPLI no Âmbito Estadual Maranhense	53
4 A INOBSERVÂNCIA DO DIREITO À CONSULTA PRÉVIA NOS QUILOMBOS COCALINHO E GUERREIRO, EM PARNARAMA (MA)	65
4.1 Caracterização dos quilombos Cocalinho e Guerreiro e o Contexto do Conflito	67
4.2 Análise do procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento econômico agrícola	72
4.3 A Efetividade da Consulta Prévia, Livre e Informada: Violações e Desafios no Caso Concreto	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85